

## **Desembargador Athos Pereira Jorge Júnior**

Foi ainda no antigo Tribunal de Pequenas Causas que o Desembargador Athos Pereira Jorge Júnior começou suas atividades no Sistema. Como juiz, ele acompanhou os desdobramentos que levaram à criação dos Juizados Especiais em Curitiba. “Participei da cerimônia de inauguração. Inicialmente estive no cível, mas logo em seguida passei para o Juizado Especial Criminal. Lembro que o local era grande, mas não tinha estrutura. Em várias ocasiões tive que ajudar a readequar os espaços, arrastando mesas e móveis para que as audiências acontecessem”, lembra o Desembargador.

Mesmo com alguns problemas, os Juizados se destacaram desde o início de suas atividades. “Sem dúvida a Lei 9.099/95 foi inovadora, mas sobretudo porque a população passou a ter um acesso mais direto ao judiciário. Os índices de satisfação eram bastante grandes. Como haviam muitos esforços concentrados em resolver o que chamávamos de “pano de fundo”, as pessoas se sentiam à vontade para falar, e não raro a situação era resolvida. Na conciliação criminal os índices de acordo chegaram a atingir 95%”, destaca.

Com um contato tão próximo com a população vários casos acabavam de forma inesperada. Um deles, marcante para o magistrado, envolveu um crime de ameaça. “Na audiência inicial o conciliador pediu pela presença de um juiz porque as discussões estavam acirradas. Fui imediatamente, e chegando obtive o relato do que estava havendo, tentei conversar com o noticiado, mas ele me interrompeu: “Doutor pode não ser hoje ou amanhã, mas eu vou matar esse sujeito”. Eu perguntei se ele tinha noção do que estava fazendo, que se acalmasse. Ele respondeu dizendo que não havia problema, que ele mantinha a ameaça. Diante dessa situação tive que dar voz de prisão. Enquanto eram resolvidas as questões com os policiais ele não esboçou qualquer reação, apenas disse que estava com fome, comprei um lanche para ele. Enquanto aguardávamos a equipe de apoio acabou descobrindo familiares. Os servidores conseguiram fazer contato, descobriram que ele tinha filhos e expuseram todo o caso. Diante da situação tive que manifestar suspeição, acabei passando à condição de testemunha já que presenciei a ameaça. O caso acabou sendo distribuído para outro colega que marcou uma nova audiência. Nesse encontro o noticiado esteve presente acompanhado de uma filha, que era advogada. Depois da audiência o noticiado foi liberado pelo juiz, mas, antes de ir embora, pediu para falar comigo. Policiais o acompanhavam, mas aceitei recebê-lo. Ao me ver ele disse: “Olha doutor queria primeiro me desculpar pela minha atitude no dia, e segundo, queria agradecer. Através do contato do juizado com os meus familiares eu resolvi uma outra situação, há muitos anos eu não falava com eles”. Foi algo que marcou, ele estava numa condição bastante complicada e através do Juizado acabou retomando o contato com a família”.

O Desembargador permaneceu 17 anos trabalhando como magistrado no Juizado Especial. Durante todo esse tempo observou as transformações que foram ocorrendo. “O sistema foi se modificando, perdeu-se muito do trabalho desenvolvido nos primeiros anos. Hoje ele é completamente diferente, são mais juizes, promotores, o espaço físico é muito diferente. Acredito que o grande resgate e foco precisa acontecer na questão da conciliação. Com ela, se resolvia muito mais do que a questão colocada, explorávamos a

questão de fundo, conseguíamos uma pacificação efetiva e ainda evitávamos outros processos”, relata. “Era uma paixão, tenho ótimas lembranças. Diferente do que alguns pensam, os Juizados não são Justiça de segunda classe, mas justiça célere, informal, e sobretudo, justiça”, completa o magistrado.